



**ACÓRDÃO 1ª**  
**Turma**  
GMARPI/MARPI/gcl

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. FALTA DE DIALETICIDADE AFASTADA PARCIALMENTE. ACOLHIMENTO.**

Embora efetivamente não impugnados os óbices processuais erigidos nos demais tópicos recursais, no que se refere ao arbitramento da indenização por danos extrapatrimoniais o juízo de admissibilidade foi negativo não com fundamento na Súmula 126 do TST, mas com alicerce na Súmula 333 do TST e art. 896, § 7º, da CLT e o agravante sustentou, no seu agravo, que “A jurisprudência do C. TST admite a interposição de recurso para adequação do valor fixado pelas instâncias ordinárias em ações indenizatórias, destoantes dos praticados pela jurisprudência da Corte, como no presente caso”, o que é suficiente para combater os óbices erigidos pelo Tribunal Regional.

**Embargos de declaração a que se dá provimento com efeito modificativo para admitir parcialmente o agravo e afastar a multa decorrente de sua manifesta inadmissibilidade.**

**AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. INDENIZAÇÃO POR DANOS EXTRAPATRIMONIAIS. VALOR ARBITRADO.**

Considerando que a indenização por danos extrapatrimoniais foi arbitrada em R\$ 500.673,58, reconhece-se a transcendência econômica da causa e dá-se provimento ao agravo de instrumento para melhor exame da matéria em recurso de revista.

**RECURSO DE REVISTA. INDENIZAÇÃO POR DANOS EXTRAPATRIMONIAIS. EXTORSÃO MEDIANTE SEQUESTRO. VALOR ARBITRADO. CUMULAÇÃO COM DANOS MATERIAIS.**

1. Registrou o acórdão regional ser “incontroverso que o Reclamante foi vítima de acidente de trabalho em 13/3/2020, às 20h35min, quando estava em casa, e deu-se o início ao sequestro que sofreu juntamente com sua esposa, filha e neto menor, a fim de que o Reclamante fosse levado ao Banco Reclamado para que os bandidos roubassem dinheiro em espécie, o que ocorreu em 14/3/2020”, fato que lhe causou trauma psicológico e incapacidade laborativa total e temporária.
2. Nesse contexto, não há dúvida da gravidade do abalo psicológico sofrido pelo trabalhador, porém, a Corte Regional fixou o valor indenizatório considerando, também, a incapacidade laborativa causada ao trabalhador.
3. Dá-se provimento ao recurso de revista para, considerada exclusivamente a gravidade da repercussão psíquica ocasionada pelo evento traumático que caracterizou o acidente de trabalho, arbitrar à indenização por danos extrapatrimoniais em R\$ 300.000,00.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Recurso de Revista nº TST-RR 10259-64.2021.5.03.0081**, em que é Recorrente(s) ----- e é Recorrido(s) -----.

Trata-se de embargos de declaração interpostos pelo réu contra o acórdão desta Primeira Turma que não conheceu de seu agravo e aplicou multa.

Ante a possibilidade de efeito modificativo, abriu-se vistas ao autor que não se manifestou.

É o relatório.

**VOTO**

## 1. CONHECIMENTO

Satisfeitos os pressupostos genéricos de admissibilidade pertinentes à tempestividade e à representação processual, CONHEÇO dos embargos de declaração.

## 2. MÉRITO

Contra decisão desta Primeira Turma que não conheceu do seu recurso de revista e aplicou-lhe multa, o réu embarga de declaração alegando que, no que se refere à indenização por danos extrapatrimoniais, a impugnação recursal foi específica.

Tem razão.

Embora efetivamente não impugnados os óbices processuais erigidos nos demais tópicos recursais, no que se refere ao arbitramento da indenização por danos extrapatrimoniais o juízo de admissibilidade foi negativo não com fundamento na Súmula 126 do TST, mas com alicerce na Súmula 333 do TST e art. 896, § 7º, da CLT e o agravante sustentou, no seu agravo, que **“A jurisprudência do C. TST admite a interposição de recurso para adequação do valor fixado pelas instâncias ordinárias em ações indenizatórias, destoantes dos praticados pela jurisprudência da Corte, como no presente caso”**, o que é suficiente para combater os óbices erigidos pelo Tribunal Regional.

Assim, acolho os declaratórios para afastar o óbice da falta de dialeticidade quanto à indenização por danos extrapatrimoniais, conhecendo do agravo, no particular e, em consequência, afasto a multa pela interposição de agravo manifestamente inadmissível.

Admitido o agravo quanto ao tópico relativo aos danos extrapatrimoniais, no mérito, dou-lhe provimento para afastar o óbice erigido no Tribunal Regional, na medida em que excepcionalmente é possível o acesso à via extraordinária para efeito de revisão da indenização por danos extrapatrimoniais, quando o valor arbitrado for irrisório ou exorbitante.

## II – AGRAVO DE INSTRUMENTO

Considerando o expressivo valor arbitrado à indenização por danos extrapatrimoniais: R\$ 500.673,58, reconheço a transcendência econômica da causa e dou provimento ao agravo de instrumento para melhor exame da matéria em recurso de revista.

## III – RECURSO DE REVISTA

Preenchidos os pressupostos gerais de admissibilidade, passo à análise dos pressupostos específicos.

### INDENIZAÇÃO POR DANOS EXTRAPATRIMONIAIS. TRABALHADOR VÍTIMA DE EXTORSÃO MEDIANTE SEQUESTRO. VALOR ARBITRADO.

Registrou o acórdão regional ser *“incontroverso que o Reclamante foi vítima de acidente de trabalho em 13/3/2020, às 20h35min, quando estava em casa, e deu-se o início ao sequestro que sofreu juntamente com sua esposa, filha e neto menor, a fim de que o Reclamante fosse levado ao Banco Reclamado para que os bandidos roubassem dinheiro em espécie, o que ocorreu em 14/3/2020”*, fato que lhe causou trauma psicológico e incapacidade laborativa total e temporária.

Nesse contexto, não há dúvida da gravidade do abalo psicológico sofrido pelo trabalhador, porém, a Corte Regional fixou o valor indenizatório considerando, também, a incapacidade laborativa causada ao trabalhador.

Destaque-se o trecho de referência:

Assim, considerando os parâmetros acima transcritos, as consequências psicológicas do sequestro, o adoecimento e o afastamento do Reclamante, **sopesando ainda a incerteza do retorno da capacidade laborativa**, reputo razoável a indenização por dano moral fixada na origem, no valor de R\$500.673,58 (quinhentos mil, seiscentos e setenta e três reais e cinquenta e oito centavos).

Assim, em que pese a inegável gravidade da situação aflitiva vivenciada pelo

trabalhador e que lhe causou grave abalo psicológico, considero que há excesso no arbitramento, na medida em que o próprio acórdão regional deferiu-lhe, também, indenização por danos materiais nos seguintes termos:

Assim, constatada a incapacidade para o trabalho desde 2/8/2021, data da perícia, até 24 (vinte e quatro) meses após, 2/8/2023, acresço à condenação indenização por danos materiais (lucros cessantes), que tenha como parâmetro a remuneração auferida pelo Reclamante até o dia anterior ao acidente (11/3/2020), quando em atividade, excluídas horas extras e incluídos 13º salários, adicionais e gratificações, porque estes integram os ganhos ordinários, com a manutenção do plano de saúde nas mesmas condições da ativa, o que deverá ser comprovado documentalmente nos autos pelo Reclamado, na fase de liquidação, autorizada a dedução de parcelas pagas sob idêntico título, considerando que o Reclamante alega ter trabalhado em boa parte desse período.

Após o transcurso do prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a perícia, a partir de 2/8/2023, deverá o Reclamante se submeter a nova perícia médica, para fins de apuração da capacidade laborativa que envolvam as condições físicas e psíquicas em relação às atividades exercidas em prol do Reclamado, seja presencial ou por teletrabalho (neste caso apurando-se o possível comprometimento da produtividade).

Com tais fundamentos, conheço do recurso de revista por violação do art. 5º, X, da Constituição Federal.

### MÉRITO

Conhecido do recurso de revista por violação do art. 5º, X, da Constituição Federal, no mérito dou-lhe parcial provimento para considerando exclusivamente a gravidade da repercussão psíquica ocasionada pelo evento traumático que caracterizou o acidente do trabalho, arbitrar à indenização por danos extrapatrimoniais em R\$ 300.000,00.

### ISTO POSTO

**ACORDAM** os Ministros da Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho, por unanimidade: I - conhecer dos embargos de declaração e, no mérito, dar-lhes provimento com efeito modificativo para admitir parcialmente o agravo e excluir a multa por agravo manifestamente inadmissível; II – conhecer parcialmente do agravo e dar-lhe provimento; III – conhecer do agravo de instrumento e dar-lhe provimento para prosseguir no julgamento do recurso de revista; III – conhecer do recurso de revista e dar-lhe provimento para reduzir a indenização por danos extrapatrimoniais para R\$ 300.000,00, tudo nos termos da fundamentação.

Brasília, 2 de abril de 2025.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

**AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR**  
Ministro Relator

Firmado por assinatura digital em 03/04/2025 pelo sistema AssineJus da Justiça do Trabalho, conforme MP 2.200-2/2001, que instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira.